

SALIME NADUR DUARTE FERREIRA

**PODER DE BARGANHA E OFERTA DE TRABALHO DOS CASAIS
HETEROSSEXUAIS E HOMOSSEXUAIS NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Evandro Camargos Teixeira

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F383p
2021
Ferreira, Salime Nadur Duarte, 1996-
Poder de barganha e oferta de trabalho dos casais
heterossexuais e homossexuais no Brasil / Salime Nadur Duarte
Ferreira. – Viçosa, MG, 2021.
1 dissertação eletrônica (44 f.): il.

Orientador: Evandro Camargos Teixeira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia, 2021.
Referências bibliográficas: f. 40-44.
DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.766>
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Casais homossexuais - Aspectos econômicos. 2. Famílias
- Aspectos econômicos. 3. Mercado de trabalho. 4. Análise de
regressão. I. Teixeira, Evandro Camargos, 1978-
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia.
Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDD 22. ed. 305.3

Bibliotecário(a) responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317

SALIME NADUR DUARTE FERREIRA

**PODER DE BARGANHA E OFERTA DE TRABALHO DOS CASAIS
HETEROSSEXUAIS E HOMOSSEXUAIS NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 16 de dezembro de 2021

Assentimento:

Salime Nadur Duarte Ferreira

Salime Nadur Duarte Ferreira
Autora



Documento assinado digitalmente
EVANDRO CAMARGOS TEIXEIRA
Data: 15/12/2022 12:40:49-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Evandro Camargos Teixeira
Orientador

AGRADECIMENTOS

Realizar este trabalho e conseqüentemente concluir a pós-graduação durante o período pandêmico reforça o sentimento de agradecermos diariamente àqueles que nos apoiam e nos incentivam. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Em primeiro lugar, gostaria de começar agradecendo a Deus por ser minha Força e minha Fortaleza na vida, pelo amparo e proteção. Agradeço aos meus pais Carlos Eduardo e Alcione por serem meus maiores exemplos e por sempre acreditarem em mim, ao meu irmão Eduardo agradeço pelo companheirismo e por me ajudar a sempre ser uma pessoa melhor.

Agradeço ao meu orientador, Evandro Camargos Teixeira, por todo o ensinamento que me foi passado. Obrigada por demonstrar como é trabalhar com excelência, dedicação e entusiasmo, através de suas aulas, sabatinas e orientação. Foram alguns anos trabalhando juntos e sou grata por toda paciência e apoio que sempre teve comigo.

Agradeço ao meu coorientador, Francisco Carlos da Cunha Cassuce, por me auxiliar durante todos esses anos e por me incentivar a dedicação na carreira acadêmica. Aos demais professores e professoras do Departamento de Economia da UFV, agradeço por me ajudarem a trilhar meu caminho acadêmico com êxito.

Agradeço aos amigos e familiares que sempre acreditaram em mim e estiveram comigo durante todo meu processo de formação. Em especial, agradeço a amiga que o mestrado me deu, Carmem Frühauf, por sempre estar ao meu lado com palavras de encorajamento.

Agradecimento especial à Viçosa e à UFV que me acolheram de braços abertos em 2014. Guardarei com carinho as lembranças cultivadas durante todos esses anos.

RESUMO

FERREIRA, Salime Nadur Duarte, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2021. **Poder de barganha e oferta de trabalho dos casais heterossexuais e homossexuais no Brasil.** Orientador: Evandro Camargos Teixeira.

O presente estudo, baseado na teoria da racionalidade coletiva, propõe-se a investigar a existência de um poder de barganha entre os casais heterossexuais e homossexuais brasileiros, tratando-se do processo de tomada de decisão intradomiciliar quanto às horas a serem ofertadas ao mercado de trabalho formal. Para a realização da análise, utilizou-se os dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua para o período de 2016 a 2019 com base na quinta visita realizada nesses anos. Foi estimado o modelo de Regressões Aparentemente Não-Relacionadas (SUR) para as famílias heterossexuais e homossexuais da amostra, considerando-se as diferenças de idade e escolaridade entre os cônjuges como fatores distributivos para averiguar a barganha dos casais. O principal resultado refere-se à confirmação da existência do poder de barganha entre os cônjuges para a alocação de horas destinadas ao trabalho. Entretanto, evidencia-se que os resultados diferem quando são consideradas famílias heterossexuais e famílias homossexuais. Nesse sentido, indivíduos pertencentes a famílias heterossexuais apresentam maior poder de barganha quando são consideradas as diferentes atribuições previamente impostas aos maridos e esposas, enquanto que para os indivíduos de famílias homossexuais o poder de barganha é menor, dada a existência de similaridades em suas atribuições.

Palavras-chave: Oferta de trabalho de casais. Modelo de racionalidade coletiva. Famílias heterossexuais e homossexuais. Modelo SUR.

ABSTRACT

FERREIRA, Salime Nadur Duarte, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December 2021. **Bargaining power and job offer of heterosexual and homosexual couples in Brazil.** Advisor: Evandro Camargos Teixeira.

The present study, based on the theory of collective rationality, proposes to investigate the existence of a bargaining power between Brazilian heterosexual and homosexual couples, dealing with the intra-household decision-making process regarding the hours to be offered to the market formal work. To carry out the analysis, we used data extracted from the Continuous National Household Sample Survey - Continuous PNAD for the period from 2016 to 2019, based on the fifth visit carried out in those years. The Seemingly Urelated Regressions (SUR) model was estimated for the heterosexual and homosexual families in the sample, considering differences in age and education between spouses as distributive factors to determine the bargain of couples. The main result refers to the confirmation of the existence of bargaining power between spouses for the allocation of hours for work. However, it is evident that the results differ when heterosexual and homosexual families are considered. In this sense, individuals belonging to heterosexual families have greater bargaining power when considering the different attributions previously imposed on husbands and wives, while individuals from homosexual families have less bargaining power, given the existence of similarities in their attributions.

Keywords: Couples' job offer. Collective rationality model. Heterosexual and homosexual families. SUR model.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das variáveis a serem utilizadas no modelo econométrico. ...	24
Tabela 2 – Oferta de trabalho das famílias homossexuais e heterossexuais.	28
Tabela 3 – Estrutura familiar das famílias homossexuais e heterossexuais considerando a presença de filhos.	30
Tabela 4 – Resultados da estimação do modelo de Regressões Aparentemente Não-Relacionadas (SUR) para as famílias heterossexuais e homossexuais.	31

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	8
I.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
I.2 - O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	10
I.3 - HIPÓTESE	14
I.4 - OBJETIVOS	14
I.4.1 - Objetivo geral	14
I.4.2 - Objetivos específicos.....	14
II - REFERENCIAL TEÓRICO	15
III – METODOLOGIA	21
III.1 - MODELO ECONOMETRICO	21
III.2 – FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS	26
V. RESULTADOS.....	27
V.1 – ANÁLISE DESCRITIVA.....	28
V.2 – RESULTADOS ECONOMETRICOS	31
VI - CONCLUSÕES.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

I – INTRODUÇÃO

I.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), foram registrados 1.043.947 casamentos entre heterossexuais no Brasil em 2018, porém de acordo com a pesquisa Estatísticas de Registro Civil, verificou-se queda de 1,6% de tais casamentos quando comparados ao ano anterior da pesquisa.

Além disso, o mesmo estudo apontou um aumento de 10% no número de casamentos entre homossexuais no país no ano de 2017. Nesse sentido, de acordo com os dados do Censo (2010), foram identificados 60 mil casais homoafetivos vivendo no Brasil, representando 0,1% do total de domicílios em que os próprios moradores declararam viver com parceiro(a) do mesmo sexo. A partir das estatísticas apresentadas, verifica-se mudança na dinâmica de casamentos entre casais com distintas orientações sexuais, destacando-se a elevação na quantidade de casamentos de indivíduos homossexuais.

Nesse sentido, conforme o Art. 226 da Constituição Federal de 1988, a identificação de entidade familiar consiste na união estável entre homem e mulher. Contudo, o reconhecimento de união civil entre pessoas do mesmo sexo foi adotado pelo Supremo Tribunal Federal com a Resolução Nº175 em 2011, conferindo a estes todos os direitos matrimoniais semelhantes àqueles existentes aos casais de sexo distinto. No entanto, mesmo que este reconhecimento igualitário dos direitos de união estável seja uma realidade, muitas famílias compostas por casais homossexuais ainda se encontram à margem do conceito “familiar” empregado pela sociedade, evidenciando a indispensabilidade da ampliação desta concepção para além da tradição heteronormativa¹ (CECÍLIO, SCORSOLINI-COMIN e SANTOS, 2013).

Com o intuito de maximizar o bem-estar familiar, casais homossexuais (gays e lésbicas) e heterossexuais se deparam cotidianamente com tomadas de decisões dentro de seus domicílios. Para Manser e Brown (1980), a própria decisão a respeito

¹ Heteronormatividade é um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

do casamento pode ser explicada através de uma comparação entre a utilidade obtida em viver conjuntamente e a utilidade de se viver sozinho.

Nesse ponto, destaca-se a vivência intrafamiliar, sendo composta pela conciliação dos interesses próprios junto a beneficiação coletiva do casal. Essa organização das preferências individuais dentro do contexto familiar é diretamente associada a existência de um poder de barganha entre os cônjuges, onde os indivíduos que compõem os casais expõem suas preferências assegurando que seu parceiro não seja prejudicado (BROWNING e CHIAPPORI, 1998).

Nesse contexto, o ambiente familiar é composto por inúmeras vertentes que afetam diretamente a economia como um todo. A partir do momento em que as decisões passam a ser tomadas em conjunto pelas famílias, considera-se que toda a capacidade produtiva e o retorno que advém de tais atividades também sofre alterações. Essas mudanças englobam não só a nova demanda familiar, como também o efeito da renda proveniente do trabalho do casal para suprir distintas cestas de bens.

Dessa forma, para melhor compreender o cenário intrafamiliar e suas adjacências, pesquisadores se empenharam em analisar o comportamento das famílias brasileiras através da utilização de um modelo coletivo sobre a perspectiva da oferta de trabalho, levando em consideração a tomada de decisão individual concatenada ao bem-estar da família, como o caso de Maciel (2008), que observou o comportamento dos casais brasileiros com relação a designação de tempo entre o mercado de trabalho e trabalho doméstico. Outros autores, como Oreffice (2011), Fernandes e Scorzafave (2009) e Gruppi (2018) também produziram trabalhos que contribuem para a pesquisa acerca da utilização de modelos capazes de avaliar a oferta de trabalho dos casais homossexuais e heterossexuais no Brasil e no mundo, sendo estas contribuições apresentadas na próxima subseção.

Desse modo, baseando-se nas pesquisas já realizadas e na carência de respostas para a melhor compreensão dos determinantes do poder da barganha existente entre casais de diferentes orientações sexuais possuem sobre a oferta de trabalho, o presente estudo investiga, com base nas características individuais e na promoção do bem-estar coletivo, a dinâmica da tomada de decisão em relação a

alocação de horas ofertadas ao mercado de trabalho dos indivíduos que compõem os referidos casais.

I.2 - O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Após a primeira década do século XXI, padrões sociais previamente impostos estão sendo cada vez mais refutados, tornando ultrapassados determinados hábitos e crenças discriminatórias na sociedade, como aqueles que fazem referência à composição familiar e à forma de divisão do trabalho entre cônjuges. Cabe ainda destacar, em concordância com Barbosa et al. (2020), a notoriedade do progresso da inclusão da população LGBTQIA+² nas pesquisas sociais nos últimos anos, inclusive dentro da teoria econômica.

A existência de uma relação determinística entre o contexto econômico e as respostas comportamentais das famílias torna a análise da oferta de mão de obra familiar o cerne para melhor compreensão do mercado de trabalho. A maior parte dos estudos utilizam dados sobre o comportamento da família com base na descrição da oferta de trabalho de cada membro individualmente. Contudo, quando o foco recai sobre o consumo dessas famílias, a análise é apresentada de forma agregada, evidenciando, assim, a necessidade de se utilizar métodos que considerem o comportamento coletivo não apenas para a demanda, mas também para a oferta de mão de obra (CHIAPPORI, 1988).

Nesse ínterim, para a análise do comportamento dos indivíduos, as negociações e tomadas de decisões intradomiciliares possuem impacto significativo na utilidade de cada membro. Considerando as preferências dos indivíduos que compõem as famílias homossexuais e heterossexuais, um fator de extrema importância para análises econômicas é o orçamento familiar. Ao analisar as diferenças entre as rendas de cada cônjuge, destaca-se a existência de um poder de barganha entre esses membros das famílias, sendo visto como fator crucial para explicar mudanças na alocação de tempo, no consumo e na ocupação dos mesmos.

²A sigla do Movimento LGBTQIA+ brasileiro representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexo e Assexuais.

Chiappori et al. (2002) e Oreffice (2011) demonstram que este poder de barganha existente os cônjuges é derivado de uma regra de compartilhamento, isto é, uma negociação com o intuito de encontrar um consenso para a alocação de recursos dentro do arranjo matrimonial. Logo, as decisões intradomiciliares são tomadas levando em consideração distintas variáveis capazes de alterar o poder de barganha dos cônjuges, tais como o nível de renda, a renda obtida do não trabalho, a idade dos cônjuges, seus níveis de escolaridade, dentre outras. Conforme apresentado por Vermeulen (2002), o aumento da renda não trabalhista de um indivíduo é capaz de alterar seu poder de barganha dentro do processo de negociação intradomiciliar, utilizando-a para despendar menos tempo no mercado de trabalho.

Levando em consideração os referidos aspectos, o presente estudo possui como objetivo analisar os determinantes das tomadas de decisões intradomiciliares, que afetam diretamente o poder de barganha dos indivíduos quanto à decisão acerca da oferta de trabalho destes, levando em consideração as famílias homoafetivas e heterossexuais.

Nos últimos anos, alguns autores se propuseram a analisar o comportamento dos casais mediante a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho, tanto para modelos de abordagem individual quanto para o modelo de racionalidade coletiva. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Oreffice (2011), sendo o primeiro estudo voltado para a oferta de trabalho de casais homossexuais. Utilizando dados do Censo de 2000 dos Estados Unidos, a autora observou que diferenças em termos de idade entre os cônjuges e diferencial da renda não trabalhista entre estes são os principais fatores capazes de influenciar a tomada de decisão intrafamiliar, determinando quais dos cônjuges aloca mais ou menos horas ao mercado de trabalho. Ainda com base em dados dos Estados Unidos, Hansen et al. (2019) analisaram como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo no país impactou a oferta de trabalho dos casais homoafetivos. Em seus resultados, verificou-se redução de 6% na oferta de trabalho anual de mulheres lésbicas, que realocam esse tempo dedicado ao trabalho sobretudo para cuidar do lar. Para os homens gays, não houve alterações.

No cenário brasileiro, Gruppi (2018) utilizou o modelo de racionalidade coletiva para exprimir os fatores que impactam na tomada de decisão intradomiciliar. Através do poder de barganha dos casais homoafetivos, dentre os distintos cenários testados,

os resultados indicaram que o melhor equilíbrio da alocação de tempo destinado ao mercado de trabalho foi representado por casais em que ambos os cônjuges estavam trabalhando e não possuíam filhos.

Considerando a análise de famílias heterossexuais que possuem ou não filhos, apesar de constatarem o considerável aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, Silva e Cunha (2017) verificaram que este cenário muda quando os casais possuem filhos menores de 14 anos. Nesse caso, os autores concluíram que houve redução na oferta de trabalho da esposa e aumento na oferta do marido, enfatizando a visão arcaica de que cabe ao homem assegurar o sustento do domicílio enquanto a mulher encarrega-se de trabalhos domésticos e cuidados com os filhos. Para tanto, Maciel (2008) apontou que a participação de famílias em programas sociais de transferência de renda contribui para a redução de horas destinadas ao mercado de trabalho, principalmente para as mulheres, levando em consideração aspectos culturais como possíveis determinantes para a sobrecarga desta dedicação doméstica feminina.

Nesse sentido, Melo (2007) levantou informações a respeito das diferentes características dos maridos e das esposas. Os resultados constataram que aspectos como a idade e o nível de escolaridade dos cônjuges são de grande relevância para denotar a participação destes no mercado de trabalho. Ainda considerando características dos cônjuges capazes de afetar as decisões intradomiciliares, Coile (2004) observou que alterações no estado de saúde dos maridos ou das esposas pode resultar em perda significativa da renda familiar, uma vez que vão despender de menos horas trabalhadas. Contudo, a autora destaca que o chamado “efeito adicional do trabalhador” pode proteger a família de tais impactos, uma vez que os cônjuges negociam entre si e realocam as horas destinadas ao trabalho de tal forma que a redução da oferta de mão de obra do chefe do domicílio implica em aumento desta por parte do cônjuge. De forma semelhante, no estudo de Fernandes e Scorzafave (2009), utilizou-se a teoria da racionalidade coletiva para investigar este processo decisório. Os autores puderam constatar que a discrepância de um ano de idade do casal acarretou na redução de oferta de trabalho das esposas e no aumento na oferta

por parte dos maridos, enquanto para a *sex-ratio*³ verificou-se novamente acréscimo de horas trabalhadas pelo marido.

Além dos referidos trabalhos, alguns autores dedicaram-se a analisar e comparar resultados de famílias homoafetivas e heterossexuais, como no trabalho de Martell e Roncolato (2016), que buscou analisar a alocação do tempo de gays e lésbicas diante da composição familiar destes. Os autores revelaram que os homens gays que possuem filhos dedicam aproximadamente uma hora e meia a mais por dia no trabalho doméstico quando comparados aos homens heterossexuais casados.

Fetro (2018) também comparou em seu estudo a alocação do tempo entre casais do mesmo sexo e de sexo diferente. Com relação a utilização das horas no mercado de trabalho, o autor evidenciou que mulheres de casais homossexuais estão mais conectadas ao trabalho remunerado, enquanto homens de casais homossexuais dedicam mais tempo ao trabalho doméstico. Para muitos estudiosos, essa relação é explicada por uma “ética igualitária” existente nos casais de mesmo sexo, que muitas vezes não ocorre entre os casais heterossexuais, que são regidos por hierarquias entre os cônjuges.

Dessa maneira, observando-se a literatura concernente ao tema identifica-se a existência de lacunas no que diz respeito às características dos cônjuges que são utilizadas como poder de barganha e como essas afetam diretamente no processo de decisão no contexto intradomiciliar para a alocação de mão de obra dos casais heterossexuais e homossexuais.

Para a realização do presente estudo utiliza-se o modelo de racionalidade coletiva desenvolvida por Chiappori (1988). Além disso, salienta-se sua principal particularidade, que se refere a utilização de dados extraídos da PNAD Contínua, tendo como período de análise os anos de 2016 a 2019 e tornando-se um dos primeiros trabalhos a empregar esta base de dados para o estudo de casais heterossexuais e homoafetivos no Brasil. Para tanto, com a utilização da referida base de dados, pretende-se analisar como ocorre a alocação intradomiciliar de horas de trabalho através do poder de barganha entre os três tipos de casais considerados:

³ Definida como a razão entre o total de homens com as mesmas características do marido e o total correspondente de homens e mulheres de uma determinada região (FERNANDES e SCORZAFAVE, 2009).

casais heterossexuais, casais de gays homens e casais de lésbicas. Essa análise difere o presente estudo dos demais que investigam a oferta de mão de obra, particularmente por englobar casais de distintas orientações sexuais, além contribuir de forma importante para a literatura que ainda não apresenta nenhum estudo comparativo dessa natureza.

Ademais, espera-se que a partir dos resultados obtidos, esse estudo seja utilizado como ferramenta para auxiliar a promoção de novas políticas públicas voltadas a atenuação das disparidades sociais e econômicas, visando a incorporação de indivíduos de todos os gêneros e orientações sexuais no mercado de trabalho formal, o que garantirá a plena utilidade de suas capacidades produtivas e consequente quebra de paradigmas culturais que ainda prevalecem na sociedade.

I.3 - HIPÓTESE

Existe um poder de barganha durante o processo de negociação baseado nas características pessoais dos cônjuges que compõem os casais heterossexuais e homossexuais, que é capaz de influenciar a quantidade individual de horas ofertadas no mercado de trabalho formal.

I.4 - OBJETIVOS

I.4.1 - Objetivo geral

Analisar o efeito do poder de barganha entre casais homossexuais e heterossexuais sobre tomada de decisão intradomiciliar que se refere a oferta de trabalho no mercado de trabalho formal no período 2016-2019.

I.4.2 - Objetivos específicos

- i. Comparar o efeito do poder de barganha sobre a divisão das horas ofertadas ao mercado de trabalho dos casais de distintas orientações sexuais;
- ii. Verificar como o diferencial de renda dos indivíduos impacta na oferta de trabalho dos mesmos;
- iii. Analisar como as diferenças em termos de idade entre os cônjuges afeta a oferta de trabalho dos mesmos;

- iv. Investigar como o diferencial de escolaridade entre os cônjuges impacta em sua oferta de trabalho;
- v. Comparar a oferta de trabalho destinada ao mercado de trabalho formal das famílias que possuem e não possuem filhos.

II - REFERENCIAL TEÓRICO

Diante do objetivo de estimar a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho, encontra-se na teoria econômica modelos capazes de representar o contexto familiar na análise de consumo e oferta de mão de obra. A princípio, a teoria neoclássica do consumidor adotou o modelo unitário como ponto de partida para representar as escolhas das famílias.

Como produto dos estudos de Becker (1981), que procurou analisar as famílias dentro do contexto econômico, originou-se o modelo unitário. Este, por sua vez, opera as preferências dos casais de forma única para todos os membros da família. Neste ponto, a abordagem utilizada para o modelo torna-se incompleta por não considerar o processo de decisão intradomiciliar, abordando o núcleo familiar tal como um único consumidor.

Diante das restrições apresentadas do modelo unitário, identifica-se a usualidade de modelos associados a teoria dos jogos como primórdio para a inserção das preferências familiares nas abordagens econômicas. Desse modo, destaca-se o surgimento dos modelos coletivos. A este princípio considera-se que as funções de utilidade dos membros de uma família são convertidas em um único equilíbrio, capaz de resultar em um Pareto-eficiente⁴, dadas as decisões intradomiciliares.

O modelo baseado na racionalidade coletiva dos indivíduos surgiu através dos estudos de Chiappori (1988), que propôs uma abordagem alternativa aos ideais neoclássicos. Em seu modelo, considera-se a família composta por dois indivíduos (chefe do domicílio e seu cônjuge), de modo que ambos ofertam mão de obra. De maneira geral, este modelo apresenta apenas duas alternativas para alocação de

⁴ O Pareto-eficiente representa o equilíbrio mediante decisões individuais, tornando impossível aumento do nível de bem-estar de um indivíduo sem que ocorra redução no bem-estar do outro (BOTELHO, 2016).

tempo dos indivíduos, podendo ser destinado ao mercado de trabalho ou para seu próprio lazer (VERMEULEN, 2002).

Para tanto, ressalta-se a existência de dois tipos de agentes: egoístas, sendo aqueles que estão preocupados apenas com o próprio lazer e consumo; e os altruístas, aqueles que têm sua utilidade positivamente afetada devido a incrementos na utilidade do cônjuge (CHIAPPORI, 1988). Essa imposição faz-se necessária, uma vez que se pretende analisar também as preferências individuais de consumo dos indivíduos, sendo a solução dos problemas de otimização de utilidade das escolhas intradomiciliares de cada cônjuge.

Com o intuito de aprimorar seus estudos, Chiappori et al. (2002) desenvolveram um modelo capaz de testar a suposição de existência do equilíbrio de barganha diante das escolhas dos membros da família. Primordialmente, as preferências obtidas com a tomada de decisão caracterizam uma função de satisfação familiar proveniente da soma ponderada dos interesses individuais, sendo esta denominada de poder de barganha. Em outras palavras, a barganha fornece um mecanismo onde as diferenças existentes nas funções de utilidade dos membros do domicílio sejam conciliadas, permitindo que os problemas alocativos e distributivos sejam resolvidos. Nesse contexto, a estrutura do modelo de racionalidade coletiva é resultado de um equilíbrio no processo de maximização da utilidade de cada indivíduo, respeitando uma restrição orçamentária agregada da família.

As funções utilidade são apresentadas como estritamente côncavas, enquanto o orçamento conjunto é dito convexo, garantindo assim que o conjunto de possibilidades de utilidades seja estritamente convexo (CHIAPPORI, 1988). Tais condições permitem apresentar o seguinte processo de otimização:

$$\begin{aligned} \max_{(1-h^1, C^1, 1-h^2, C^2)} & \mu(w, y, s, z) U^1(1 - h^1, C^1, 1 - h^2, C^2, z) \\ & + [1 - \mu(w, y, s, z)] U^2(1 - h^1, C^1, 1 - h^2, C^2, z) \end{aligned}$$

(1)

sujeito a $w_1 h^1 + w_2 h^2 + y \geq C^1 + C^2$

Sendo h^j as horas de trabalho ofertadas pelo indivíduo j , $\forall j = 1, 2$; w^j a taxa de salário do indivíduo j , $\forall j = 1, 2$; C^j o vetor de consumo pelo indivíduo j , $\forall j = 1, 2$; y a renda

não laboral (não proveniente do trabalho); s o vetor de fatores distributivos; z o vetor de variáveis de controle; e μ o poder de barganha dos cônjuges.

Ressalta-se nesse modelo a adoção de fatores distributivos, que são definidos por Browning e Chiappori (1998) como variáveis capazes de alterar o processo decisório intrafamiliar. Mais precisamente, são aquelas que não influenciam as preferências individuais e a restrição do orçamento familiar, estando relacionadas a mudanças no poder de barganha dos indivíduos. Dessa maneira, apresenta-se o modelo de racionalidade coletiva de oferta de trabalho com fatores distributivos em sua versão irrestrita, isto é, sua forma mais geral sem a adesão de restrições acerca das preferências dos indivíduos.

No entanto, a distribuição do poder de barganha no interior dos domicílios define a alocação de horas de trabalho que satisfaça aos interesses individuais dos membros das famílias. À vista disso, tem-se a solução para o problema de otimização na forma de equação de oferta de trabalho ótima de cada membro:

$$h^i[w_1, w_2, y, z, s] = H^i[w_1, w_2, y, z, \mu(w_1, w_2, y, z, s)], i = 1, 2 \quad (2)$$

Em conformidade com Chiappori et al. (2002), considerando-se que os fatores distributivos afetam as escolhas de consumo e oferta de trabalho através do poder de barganha, os autores apresentam uma restrição a ser considerada:

$$\frac{\partial h^1 / \partial s^j}{\partial h^1 / \partial s^1} = \frac{\partial h^2 / \partial s^j}{\partial h^2 / \partial s^1} \quad \forall j = 1, 2 \quad (3)$$

Tal restrição deve ser satisfeita para que a tomada de decisão intrafamiliar de oferta de trabalho tenha igualdade entre as razões dos efeitos marginais de dois fatores distributivos. Ademais, conforme Chiappori (2016), pequenas mudanças nos fatores distributivos são capazes de afetar apenas as probabilidades de aumento (ou redução) de horas a serem ofertadas ao mercado de trabalho, mas não afetam a oferta de mão de obra em si.

Assim, considerando a necessidade de informações a respeito das decisões individuais, além das preferências dentro do processo decisório intradomiciliar, será

utilizado o modelo restrito proposto por Chiappori (1988), considerando que os agentes possuem atitudes egoístas. Neste modelo, são estabelecidas duas etapas necessárias para a definição da oferta de mão de obra. Inicialmente, toda renda que a família possui e que não seja derivada do trabalho principal, deverá ser repartida entre todos os membros, sendo que essa divisão atenderá a uma regra denominada *sharing rule* (ϕ) ou “regra do compartilhamento”. Esta descreve como a renda não-laboral é dividida entre os membros da família, em função dos salários, da renda não-laboral, dos fatores de distribuição, além de outras características observáveis dos indivíduos (CHIAPPORI et al., 2002).

A posteriori, com base na renda obtida, os indivíduos realizam sua tomada de decisão entre alocar o tempo para a oferta de trabalho ou para lazer, de forma a maximizar suas preferências individuais. Sendo assim, apresenta-se o processo de maximização restrito:

$$\max_{(h^i, C^i)} U^i(1 - h^i, C^i, z) \quad (4)$$

sujeito a $w_i h^i + \phi^i \geq C^i$

onde $\phi^1 = \phi$ e $\phi^2 = y - \phi$

Tendo, assim, como solução as seguintes equações de oferta de trabalho:

$$h^1 = H^1[w_1, \phi(w_1, w_2, y, s, z), z] \quad (5)$$

$$h^2 = H^2[w_2, y - \phi(w_1, w_2, y, s, z), z]$$

A decisão a respeito da oferta de mão de obra do cônjuge 1 será afetada mediante alterações no salário, na renda não laboral e/ou em algum fator distributivo do cônjuge 2, devido ao impacto causado na *sharing-rule*. Como esta consiste na regra para a divisão da renda não laboral da família, torna-se possível calcular sua taxa marginal de substituição entre as variáveis que impactam na decisão sobre o número de horas a serem alocadas no mercado de trabalho.

Apresentam-se, então, as derivadas da regra do compartilhamento com relação a renda não laboral e fator distributivo⁵ e aos salários, respectivamente:

$$\phi_y = \frac{h_s^2 \cdot h_y^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1}$$

$$\phi_{w_2} = \frac{h_s^2 \cdot h_{w_2}^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1}$$

$$\phi_s = \frac{h_s^2 \cdot h_s^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1}$$

(6)

$$\phi_{w_1} = \frac{h_{w_1}^2 \cdot h_s^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1}$$

Ademais, o estabelecimento da igualdade entre as derivadas da regra do compartilhamento deve ser satisfeito quando analisada tal oferta, permitindo a retomada desta regra para a tomada de decisão intradomiciliar. Para tanto, são realizadas as derivadas parciais da *sharing rule* em relação a cada uma das variáveis citadas anteriormente, sendo possível observar o comportamento dessas com a oferta de trabalho.

Tais derivadas parciais são apresentadas a seguir:

$$\frac{\partial \phi_y}{\partial s} = \frac{\partial \phi_s}{\partial y} \Rightarrow \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_y^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial s} = \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_y^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial y} \quad (7)$$

$$\frac{\partial \phi_y}{\partial w_1} = \frac{\partial \phi_{w_1}}{\partial y} \Rightarrow \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_y^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial w_1} = \frac{\partial \left(\frac{h_{w_1}^2 \cdot h_s^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial y} \quad (8)$$

⁵ Considera-se apenas um fator de distribuição de modo a facilitar a compreensão. Para mais informações, ver Chiappori et al. (2002).

$$\frac{\partial \phi_y}{\partial w_2} = \frac{\partial \phi_{w_2}}{\partial y} \Rightarrow \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_y^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial w_2} = \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_{w_2}^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial y} \quad (9)$$

$$\frac{\partial \phi_s}{\partial w_1} = \frac{\partial \phi_{w_1}}{\partial s} \Rightarrow \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_s^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial w_1} = \frac{\partial \left(\frac{h_{w_1}^2 \cdot h_s^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial s} \quad (10)$$

$$\frac{\partial \phi_s}{\partial w_2} = \frac{\partial \phi_{w_2}}{\partial s} \Rightarrow \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_s^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial w_2} = \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_{w_2}^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial s} \quad (11)$$

$$\frac{\partial \phi_{w_1}}{\partial w_2} = \frac{\partial \phi_{w_2}}{\partial w_1} \Rightarrow \frac{\partial \left(\frac{h_{w_1}^2 \cdot h_s^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial w_2} = \frac{\partial \left(\frac{h_s^2 \cdot h_{w_2}^1}{h_s^2 \cdot h_y^1 - h_y^2 \cdot h_s^1} \right)}{\partial w_1} \quad (12)$$

Reitera-se a necessidade de que as derivadas parciais elencadas acima sejam satisfeitas para que o modelo baseado nas preferências egoístas apresente adequadamente a representação do processo intradomiciliar, utilizando um fator distributivo. Para a utilização de dois fatores distributivos, adicionou-se a restrição (3) (FERNANDES e SCORZAFAVE, 2009).

Em vista disso, após a exposição do modelo teórico de Chiappori et al. (2002), sintetiza-se a forma funcional das funções individuais de oferta de trabalho com dois fatores de distribuição da seguinte forma:

$$h^1 = \beta_0 + \beta_1 \ln w_1 + \beta_2 \ln w_2 + \beta_3 y + \beta_4 \ln w_1 \ln w_2 + \beta_5 s_1 + \beta_6 s_2 + \beta_7' z \quad (13)$$

$$h^2 = \alpha_0 + \alpha_1 \ln w_1 + \alpha_2 \ln w_2 + \alpha_3 y + \alpha_4 \ln w_1 \ln w_2 + \alpha_5 s_1 + \alpha_6 s_2 + \alpha_7' z \quad (14)$$

Sendo h^1 as horas de trabalho ofertadas pelo chefe do domicílio; h^2 as horas de trabalho ofertadas pelo cônjuge; $\ln w_1$ o logaritmo natural do rendimento do chefe

do domicílio, $\ln w_2$ o logaritmo natural do rendimento do cônjuge, y a renda não laboral; s_1 e s_2 os fatores distributivos; e z o vetor de variáveis de controle.

Considerando-se que o comportamento da oferta de trabalho dos cônjuges deve seguir as restrições (3) e (7) a (12), obtém-se enfim a verificação (15) de modo a assegurar que tal comportamento esteja de acordo com as premissas do modelo coletivo de oferta de trabalho com fatores distributivos:

$$\frac{\beta_4}{\alpha_4} = \frac{\beta_5}{\alpha_5} = \frac{\beta_6}{\alpha_6} \quad (15)$$

À vista disso, para que seja estimada a oferta de mão de obra dos cônjuges serão utilizadas as regressões (13) e (14), propostas pelo modelo de racionalidade coletiva com fatores distributivos de Chiappori et al. (2002). A partir dessas estimações, pretende-se alcançar o objetivo central proposto no presente estudo, que se refere a análise e comparação da tomada de decisão intrafamiliar no que tange a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho, levando-se em consideração o poder de barganha das famílias heterossexuais e homossexuais brasileiras.

III – METODOLOGIA

Nesta seção, dividida em duas subseções, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização do presente trabalho. A primeira subseção exhibe o modelo econométrico a ser estimado para determinar a oferta de mão de obra das famílias heterossexuais e homossexuais no Brasil. Posteriormente, na segunda subseção, encontra-se a fonte e o tratamento dos dados utilizados para essa estimacão.

III.1 - MODELO ECONOMÉTRICO

Para a realização da estimacão econométrica, considera-se a priori a utilizacão de um modelo com dados empilhados, correspondentes ao período dos anos de 2016 a 2019. A este modelo são atribuídas vantagens, tais como discriminaçao de diferenças individuais e temporais, sendo possível identificar efeitos que não seriam detectados isoladamente se utilizados dados em corte transversal ou séries temporais, como por exemplo a presença de maior número de graus de liberdade,

implicando em uma amostra superior tratando-se de observações individuais. (WOOLDRIDGE, 2001).

Além disso, diante da necessidade das equações (13) e (14) serem estimadas conjuntamente, representando o modelo coletivo de oferta de trabalho, será utilizado o modelo de Regressões Aparentemente Não-Relacionadas (SUR). O referido modelo possibilita a estimação simultânea das equações supracitadas e assegura que cada uma delas tenha uma forma funcional única.

Outra vantagem desta metodologia está relacionada a correlação contemporânea entre os erros, isto é, os erros das equações de cada indivíduo são correlacionados, tornando o sistema de equações propriamente relacionado, aumentando assim, a precisão da estimação de seus parâmetros. Desse modo, o modelo SUR infere que o intercepto e os parâmetros são distintos entre os indivíduos e constantes no tempo, partindo do princípio de que a variância do erro seja constante e varia de uma equação para outra.

Conforme apresentado por Duarte et al. (2007), as variáveis explicativas das equações a serem estimadas são idênticas, contudo, ainda que todas as informações presentes nas variáveis que explicam a resposta não estejam presentes no modelo, elas são captadas pelo erro de cada um dos indivíduos e assim, caracteriza-se a correlação entre o erro de um com o outro.

De forma análoga, Silva e Cunha (2017) utilizaram o modelo SUR para analisar a oferta de trabalho de casais entre os anos de 2012 a 2015. Segundo os autores, tal modelo apresentou melhor adequação diante do problema de pesquisa, uma vez que as horas ofertadas pelo chefe do domicílio estão diretamente relacionadas àquelas ofertadas por seu (sua) respectivo cônjuge, além de que as equações estimadas para cada um deles apresentam correlação entre seus erros.

Em síntese, levando-se em consideração as equações (13) e (14), referentes ao modelo coletivo de oferta de trabalho, torna-se possível a estimação das equações para cada um dos cônjuges que formam os casais heterossexuais e homossexuais através do modelo de Regressões Aparentemente Não-Relacionadas (SUR):

$$h_chefe = \beta_{01} + \beta_{21}\log W_1 + \beta_{31}\log W_2 + \beta_{41}\log Y + \beta_{51}Escol_{diff} + \beta_{61}Idade_{diff} + \beta_{71}Raça + \beta_{81}Filhos + \beta_{91}Nordeste + \beta_{101}Norte + \beta_{111}Sul + \beta_{121}CentroOeste + \varepsilon_{131} \quad (16)$$

$$h_conjuge = \beta_{02} + \beta_{22}\log W_1 + \beta_{32}\log W_2 + \beta_{42}\log Y + \beta_{52}Escol_{diff} + \beta_{62}Idade_{diff} + \beta_{72}Raça + \beta_{82}Filhos + \beta_{92}Nordeste + \beta_{102}Norte + \beta_{112}Sul + \beta_{122}CentroOeste + \varepsilon_{132} \quad (17)$$

A variável dependente, representada pelo total de horas ofertadas ao mercado de trabalho formal, é *proxy* para a oferta de mão de obra dos indivíduos, sendo que, *h_chefe* consiste no total de horas trabalhadas do chefe de domicílio, enquanto *h_conjuge* corresponde ao total de horas trabalhadas do (da) respectivo (respectiva) cônjuge. As variáveis W_1 e W_2 representam os rendimentos do chefe do domicílio e do cônjuge, respectivamente; Y simboliza o total de renda proveniente do não trabalho, isto é, o rendimento obtido através de outras fontes. Para maior adequação do modelo, optou-se por utilizar o logaritmo em todas as variáveis relacionadas a renda; *Escol_{diff}* representa o fator distributivo que relaciona o diferencial de anos de estudo existente entre os cônjuges; *Idade_{diff}* representa o segundo fator distributivo acerca do diferencial de idade dos cônjuges; além das variáveis de controle *Filhos*, que configura a presença de filhos menores de 14 anos no domicílio; *Raça* que corresponde a uma variável binária que assume valor igual a 1 para indivíduos brancos⁶ e 0 para não brancos; e para as regiões, utilizou-se variáveis binárias que indicam as regiões de moradia dos indivíduos, sendo Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste.

O critério de seleção das variáveis partiu, a priori, da teoria da racionalidade coletiva com fatores distributivos de Chiappori et al. (2002). Além disso, buscou-se na literatura trabalhos com a mesma abordagem, como os de Silva e Cunha (2017),

⁶ Na categoria “brancos”, são incluídos os que se autodeclararam como brancos e amarelos; e para a categoria “não brancos” aqueles que se autodeclararam como pretos, pardos e indígenas.

Fernandes e Scorzafave (2009), Gruppi (2018) e Maciel (2008). Diante disso, apresenta-se a Tabela 1 com a descrição das variáveis e seus sinais esperados.

Tabela 1 - Descrição das variáveis a serem utilizadas no modelo econométrico.

Variável	Descrição	Sinal Esperado
h_chefe	Total de horas trabalhadas pelo chefe do domicílio na semana de referência no trabalho principal.	Variável dependente.
$h_conjuge$	Total de horas trabalhadas pelo cônjuge na semana de referência no trabalho principal.	
$logW_1$	Logaritmo do rendimento mensal habitual do trabalho principal do chefe de domicílio.	Segundo Maciel (2008), o sinal esperado das variáveis de rendimento de um cônjuge em relação ao outro é
$logW_2$	Logaritmo do rendimento mensal habitual do trabalho principal do cônjuge.	negativa, ao passo que se o sinal de W_1 for negativo, W_2 será positivo, e vice-versa.
$logY$	Logaritmo do total de renda obtida de outras fontes, como de pensões, assistências, etc.	Para Fernandes e Scorzafave (2009), a relação da renda do trabalho não laboral com as horas ofertadas é inversa, sendo o sinal da variável negativo.
$Escol_{diff}$	Diferença entre os anos de estudo do chefe do	No estudo de Maciel (2008), apresentou-se sinal negativo para cônjuge do sexo masculino e sinal

	domicílio e os anos de seu respectivo cônjuge.	positivo para cônjuge do sexo feminino.
<i>Idade_{diff}</i>	Diferença entre a idade do chefe do domicílio e a idade de seu respectivo cônjuge.	Nos trabalhos de Fernandes e Scorzafave (2009) e Gruppi (2018), encontrou-se resultado positivo para a diferença de idade para os homens e sinal negativo para as mulheres.
<i>Filhos</i>	Presença de filhos com idade inferior a 14 anos morando no mesmo domicílio.	Segundo Silva e Cunha (2017), a presença de filhos impacta negativamente nas horas ofertadas de cônjuges do sexo feminino e positivamente nas horas ofertadas de cônjuges do sexo masculino. Para Martell e Roncolato (2016), ter filhos impacta negativamente na oferta de horas, independente do sexo.
<i>Raça</i>	Variável <i>dummy</i> , representando 0 para brancos e 1 para não brancos.	Conforme Gruppi (2018), para os indivíduos brancos, a relação com as horas de trabalho ofertada é positiva.
<i>Nordeste</i>	Variável <i>dummy</i> sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região nordeste e 0, caso contrário.	De acordo com Gruppi (2018), para domicílios da região norte e nordeste, são esperados sinais negativos, enquanto para as demais regiões a relação é positiva.
<i>Norte</i>	Variável <i>dummy</i> sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região norte e 0, caso contrário.	

<i>Sul</i>	Variável <i>dummy</i> sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Sul e 0, caso contrário.
------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

<i>Centro-Oeste</i>	Variável <i>dummy</i> sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região centro-oeste e 0, caso contrário.
---------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração própria.

III.2 – FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS

Para realizar a estimação de oferta de mão de obra dos casais heterossexuais e homossexuais e a consequente análise do poder de barganha entre eles no que tange a alocação de tempo, são utilizados os microdados longitudinais extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2016 e 2019. A PNADC possui como objetivo central a produção corrente de informações a respeito não só do mercado de trabalho, como também características socioeconômicas, educacionais e demográficas.

De acordo com Gonçalves e Filho (2015), a pesquisa consiste em um painel no qual o mesmo domicílio é entrevistado cinco vezes, alternando as visitas e o tempo de espera por trimestres. Segundo a Nota Técnica (2015) divulgada pelo próprio IBGE, é possível observar as diferenças e as vantagens ao comparar a PNADC com outras bases de dados, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), destacando que a PNADC conta com uma amostra de 3.500 municípios brasileiros, enquanto a PNAD apresentava uma amostra de 1.100 municípios. Além disso, a PNADC entrevista cerca de 211.000 domicílios a cada trimestre, e por computar seus dados de maneira mensal, trimestral e anual, tem se tornado o banco de dados mais recomendado para a elaboração de estudos em diversas áreas, principalmente nas Ciências Sociais Aplicadas.

Outro ponto de destaque da PNADC diz respeito a adoção de temas específicos tratados em diferentes visitas domiciliares. Dessa forma, para o presente

trabalho, ressalta-se a utilização da 5ª visita, que compreende o tópico relacionado à “Rendimentos de outras fontes”. Adicionalmente, na classificação de “Condição da Pessoa no Domicílio” também são verificadas importantes mudanças, uma vez que para essa pergunta foi inserida a possibilidade de resposta sendo “Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo”. Neste caso, tal segmento é de suma importância não só para a elaboração de estudos, como também para a criação de políticas públicas capazes de incluir temas referentes aos casais homossexuais. Dessa forma, ainda que as respostas das pesquisas sejam autodeclaratórias, esta base de dados consiste na única maneira de que seja definido, a partir da pessoa de referência do domicílio e de seu cônjuge, a pressuposição da criação das famílias homossexuais. Para tanto, a amostra é composta apenas por casais que possuem idade entre 15 e 65 anos.

Com o intuito de assegurar as proposições do modelo de racionalidade coletiva desenvolvido por Chiappori et al. (2002), foram considerados os indivíduos que dispõem horas de trabalho somente ao mercado formal (aqueles que possuem carteira de trabalho assinada, sejam funcionários públicos ou exercem serviço militar), desconsiderando o trabalho não formal. Contudo, ainda que o modelo teórico utilize apenas indivíduos que estejam ofertando horas de trabalho, o presente estudo levará em consideração também aqueles que não ofertam horas de trabalho, mas que vivem com um cônjuge que esteja trabalhando. Tal imposição é tratada através da correção do viés de seleção, uma vez que este segmento é fundamental na análise do poder de barganha entre os casais e suas respectivas tomadas de decisões.

Por fim, destaca-se a complexidade da amostra considerando a existência de pesos amostrais para os indivíduos que compõem a população, assegurando assim, melhor adequação da estimação.

V. RESULTADOS

Nesta seção, são analisados os resultados obtidos após estimação do modelo de Regressões Aparentemente Não-Relacionadas (SUR), apresentado nas equações (16) e (17). A princípio, exibe-se a análise descritiva das variáveis, e posteriormente, os resultados obtidos com a estimação divididos em duas partes, que consistem nos resultados das famílias heterossexuais e das famílias homoafetivas.

V.1 – ANÁLISE DESCRITIVA

A base de dados considerada nessa análise é composta apenas por casais que residem no mesmo domicílio, formando assim as famílias heterossexuais e homossexuais. Especificamente, a relação intradomiciliar é constituída pelo(a) chefe de domicílio e seu (sua) respectivo(a) cônjuge, sendo estes do mesmo sexo ou de sexos distintos. Dessa forma, após as restrições impostas, verificou-se que a amostra desenvolvida a partir das 5ª visitas dos anos de 2016 à 2019 é integrada por 638.162 indivíduos no total, nos quais 635.946 compõem as famílias heterossexuais e 2.216 as famílias homossexuais. Além disso, destaca-se que do total de famílias homoafetivas, 1.324 são constituídas por duas mulheres, representando 59,75% da amostra, enquanto 892 são formadas por dois homens. A Tabela 2 apresenta detalhadamente as principais características das famílias que compõem a amostra.

Tabela 2 – Oferta de trabalho das famílias homossexuais e heterossexuais.

	Famílias heterossexuais		Famílias homossexuais	
	Observações	Percentual	Observações	Percentual
Amostra	635.946	99,65%	2.216	0,35%
Média de horas trabalhadas chefe de domicílio	61 horas/semana		65 horas/semana	
Média de horas trabalhadas cônjuge	55 horas/semana		65 horas/semana	
Rendimento mensal médio recebido pelo chefe de domicílio	R\$788,98		R\$701,98	
Rendimento mensal médio recebido pelo cônjuge	R\$589,27		R\$733,50	

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as famílias homossexuais da amostra, é possível observar que os casais compostos por duas mulheres são mais numerosos que os casais formados por dois homens. Apesar do pequeno percentual da população que forma as famílias homoafetivas, este número é significativo quando observa-se os dados ao longo da

história para bases autodeclaratórias. No trabalho de Carvalho e Barreto (2021), os autores destacam a invisibilidade da população LGBTQIA+ nas bases de dados brasileiras e apontam a não declaração da orientação sexual como possível razão para a existência de subnotificação em pesquisas.

Analisando-se os dados referentes a oferta de trabalho e remuneração das famílias, nota-se que tanto os chefes de domicílios quanto os cônjuges das famílias homossexuais dispõem de mais horas dedicadas ao mercado de trabalho, na média. Esse resultado também foi verificado no trabalho de Jacinto et al. (2017), onde os autores constataram que no caso das mulheres homossexuais, observa-se maior quantidade de horas destinadas ao mercado de trabalho quando comparada com a jornada de trabalho de mulheres heterossexuais. Em outra perspectiva, Oliveira et al. (2019) destacam que indivíduos homossexuais dedicam mais tempo à formação educacional e especialização, uma vez que seus os rendimentos salariais não são compatíveis com seus níveis de escolaridade e por isso, buscam por elevar níveis educacionais para mitigar tal discrepância de cunho discriminatório.

No que tange a remuneração mensal, evidencia-se a baixa média apontada para cônjuges de famílias heterossexuais. Cerca de 73% dos indivíduos que se autodeclararam como cônjuge são mulheres. Este fator pode explicar, em parte, o baixo rendimento encontrado nas estatísticas descritivas, uma vez que, segundo Fetro (2018), ainda é possível observar a cultura de que as mulheres dedicam-se mais ao trabalho doméstico, ao passo que os homens se encarregam de ofícios voltados ao mercado de trabalho. À vista disso, Madalozzo et al. (2010) constataram que muitas vezes as mulheres são designadas à dupla jornada, considerando o trabalho exercido em atividades domésticas juntamente às atividades voltadas ao mercado de trabalho, corroborando assim com a pressuposição do baixo rendimento salarial dos cônjuges estar diretamente associado à questão de gênero.

Por outro lado, ao se analisar o rendimento das famílias homossexuais, observa-se que, na média, os casais homoafetivos possuem rendimentos mais elevados que os casais heterossexuais. Essa sentença também pode ser verificada no estudo desenvolvido por Suliano et al. (2016), que comprovaram ser de 25,11% a mais (na média) o rendimento de casais homossexuais, com base nos dados do Censo 2010. Essa discrepância é ainda maior quando se trata do rendimento de

casais compostos por duas mulheres. Para mais, Oliveira et al. (2019) constataram maior média educacional por parte dos homossexuais, se comparado a média dos indivíduos heterossexuais. O estudo utiliza dados da população cearense, contudo, torna-se importante para esta análise ao considerar-se que o rendimento salarial mensal mais elevado atrelado às famílias homossexuais é proveniente do maior grau de instrução educacional que possuem.

A Tabela 3 apresenta a estrutura familiar, considerando a presença ou não de filhos menores de 14 anos no domicílio. Conforme apresentado por Martell e Roncolato (2016), a presença de filhos ou enteados no domicílio é capaz de afetar consideravelmente a oferta de mão de obra dos casais, tendo em vista que crianças menores de 14 anos são dependentes de seus pais e responsáveis para atividades cotidianas, seja alimentação, ensino escolar, e etc.

Em concordância, Talaya (2000) demonstrou que quanto mais novas forem as crianças no domicílio, maior o efeito negativo sobre a oferta de trabalho dos pais. Black et al. (2007) apontam o fato de que os custos envolvendo crianças são mais elevados para famílias homoafetivas quando comparado com famílias heterossexuais, sendo observado pelos autores tanto o processo de adoção e até mesmo os custos não monetários associados ao tempo e determinados esforços que as famílias heterossexuais muitas vezes não são submetidas.

Tabela 3 – Estrutura familiar das famílias homossexuais e heterossexuais considerando a presença de filhos.

	Famílias heterossexuais		Famílias homossexuais	
	Observações	Percentual	Observações	Percentual
Possui filhos	482.732	75,91%	634	28,61%
Não possui filhos	153.214	24,09%	1.582	71,39%
	635.946	100,0%	2.216	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Isto posto, com os dados da amostra, é possível observar discrepância significativa e relação inversa entre as famílias, isto é, enquanto 75,91% das famílias heterossexuais possuem filhos, 71,39% das famílias homossexuais não possuem filhos vivendo em seus domicílios. Dentre os 2.216 indivíduos que compõem famílias

homoafetivas, 634 possuem filhos, tendo em vista ainda que a maioria (80,75%) advém de famílias constituídas por duas mulheres.

V.2 – RESULTADOS ECONOMÉTRICOS

Nesta subseção, são apresentados os resultados econométricos encontrados a partir da estimação do modelo SUR. Para melhor apresentação, optou-se por apresentar os resultados obtidos a partir da alocação de horas de trabalho para famílias heterossexuais e homossexuais.

Conforme apresentado anteriormente, para a análise da oferta de mão de obra das famílias heterossexuais e homossexuais mediante a existência de um poder de barganha, foram estimadas conjuntamente duas regressões, referentes a oferta de horas de trabalho ofertadas pelo (a) chefe do domicílio e seu (sua) cônjuge.

Com o intuito de melhor adequar o modelo estimado, realizou-se um teste para diagnosticar a colinearidade existente entre as variáveis utilizadas. Segundo Belsley et al. (1990), o resultado de correlação em uma matriz acima de 30 é considerado como um problema de colinearidade entre os parâmetros da estimação. Isto posto, ao realizar o teste, o valor de interação encontrado na equação referente às famílias heterossexuais foi de 15,38; e para as famílias homoafetivas essa interação foi de 13,75, indicando níveis de colinearidade adequados para a estimação. Na Tabela 4, são apresentados os resultados obtidos através da estimação das equações do modelo, (16) e (17).

Tabela 4 – Resultados da estimação do modelo de Regressões Aparentemente Não-Relacionadas (SUR) para as famílias heterossexuais e homossexuais.

Variáveis	Coefficiente s	Nível de significância P> t 	Coefficiente s	Nível de significância P> t
Chefe				
Log Rendimento chefe	0,2626	0,006	-1,7830	0,129
Log Rendimento cônjuge	1,4781	0,000	3,2733	0,004

Log Rendimentos de outras fontes	-17,7700	0,000	-24,9588	0,000
Diferença Escolaridade	-21,0772	0,000	-31,8892	0,000
Diferença Idade	0,4736	0,000	0,4377	0,586
Cor	2,3404	0,006	19,1181	0,031
Possui filhos	-24,3255	0,000	-15,5250	0,218
Nordeste	-5,5893	0,000	-24,1350	0,116
Norte	-6,1295	0,000	2,4182	0,923
Sul	1,1528	0,251	-3,4350	0,824
Centro Oeste	-1,1881	0,391	29,2699	0,162
Constante	288,3718	0,000	378,3202	0,000

Cônjuge

Log Rendimento chefe	0,2950	0,002	-2,0568	0,081
Log Rendimento cônjuge	1,4465	0,000	2,9342	0,019
Log Rendimentos de outras fontes	-17,6323	0,000	-24,4455	0,000
Diferença Escolaridade	-21,8125	0,000	-32,6237	0,000
Diferença Idade	0,2604	0,002	0,1935	0,793
Cor	2,6457	0,002	21,1316	0,019
Possui filhos	-26,4029	0,000	-14,0406	0,262
Nordeste	-6,3543	0,000	-26,1740	0,104
Norte	-6,0462	0,000	6,4056	0,807
Sul	1,5383	0,120	-7,5977	0,613
Centro Oeste	-1,5725	0,252	29,6482	0,164
Constante	287,1792	0,000	381,608	0,000

Fonte: Elaboração própria.

No caso das famílias heterossexuais, foi possível verificar que a maioria dos coeficientes estimados foi significativo ao nível de 1%, sendo que os sinais corroboram com a literatura supracitada. De com a estimação, as horas ofertadas no mercado de trabalho são relacionadas à três variáveis de relacionados ao nível de renda: a renda do próprio indivíduo, a renda de seu cônjuge e a renda que é obtida através de outras fontes, como pensões, algum tipo de assistência que a família recebe, entre outras.

Considerando-se que tais variáveis foram estatisticamente significativas, parte-se para a análise de seus coeficientes e sinais estimados. Tanto na estimação das horas ofertadas do chefe do domicílio quanto de seu cônjuge, o rendimento do chefe apresentou sinal positivo, implicando em uma relação positiva. Este resultado vai ao encontro da literatura, uma vez que quanto maior o número horas destinadas ao trabalho, mais elevado é o rendimento mensal obtido. Por outro lado, no caso do cônjuge, o sinal encontrado difere daquele esperado. Nesse sentido, Suliano et al. (2014) concluem que independente do gênero, quanto maior o total de horas destinadas ao trabalho, mais elevados são os ganhos provenientes deste.

Na sequência, ao se analisar o rendimento mensal dos cônjuges, novamente encontra-se o mesmo sinal para ambos os coeficientes estimados. Esse resultado é passível de interpretação similar ao analisado do ponto de vista do cônjuge, implicando que em relação direta entre oferta de horas de trabalho e nível de rendimentos. Situação oposta é verificada quando se analisa as horas de trabalho ofertadas pelo chefe do domicílio, já que seu sinal esperado foi negativo. Nesse caso, em concordância com os resultados obtidos por Silva e Cunha (2017), observa-se que o rendimento mensal dos cônjuges possui pouco efeito sobre sua oferta de horas de trabalho.

Examinando-se o coeficiente estimado para a variável relativa aos rendimentos obtidos através de outras fontes, além desse ser estatisticamente significativo a 1%, seu sinal negativo expressa a relação inversa com o total de horas trabalhadas tanto do chefe de domicílio quanto do cônjuge. Este resultado sinaliza que rendas obtidas do não trabalho influenciam diretamente na redução da oferta de mão de obra dos indivíduos, uma vez que não é necessário trabalhar para auferir rendimentos. Com o trabalho desenvolvido por Browning e Chiappori, (1998), observa-se que o rendimento não laboral pode ser considerado como o primeiro passo dentro do processo de

tomada de decisão intradomiciliar, já que levando-se em consideração a regra do compartilhamento, os casais dividem esse rendimento e a partir de então, barganham entre si para negociar a quantidade de horas a serem destinadas ao mercado de trabalho.

Conforme apresentado na literatura, os fatores distributivos são ferramentas essenciais dentro da tomada de decisão intradomiciliar quando se trata da melhor alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho. Estes fatores distributivos afetam diretamente o poder de barganha que os indivíduos possuem dentro do processo decisório. Neste ponto, apresenta-se os resultados dos dois fatores distributivos utilizados nesta análise, o diferencial de escolaridade e o diferencial de idade entre os cônjuges, ambos estatisticamente significativos a 1%.

Inicialmente, verifica-se que a diferença entre os anos de estudo do chefe do domicílio e seu cônjuge apresentou coeficiente negativo. Este resultado corrobora com o conceito de poder de barganha, evidenciando a utilização desse fator como desativo para a alocação de menos horas de trabalho por parte dos cônjuges. Gonçalves e Filho (2015) apontaram que essa diferença no nível de escolaridade entre os cônjuges é capaz de afetar as horas de trabalho ofertadas para ambos, considerando-se que quanto mais elevado o diferencial de escolaridade entre o chefe de domicílio e seu cônjuge, maior será o poder de barganha do primeiro e assim, poderá ser ofertada menor quantidade de horas. Dessa maneira, os resultados encontrados são capazes de comprovar o mecanismo por trás do conceito de poder de barganha, uma vez que se evidencia a existência que o diferencial nos anos de estudo entre os cônjuges de um mesmo domicílio impacta na forma com que estes decidem entre si quando a oferta de horas no mercado de trabalho.

Na continuação, o segundo fator distributivo da análise, a diferença entre a idade do chefe do domicílio e seu (sua) respectivo cônjuge, apresentou coeficiente estimado positivo e relativamente diminuto nas duas estimações. Com estes resultados, observa-se que o aumento de um ano de diferença entre os cônjuges corresponde a uma elevação de aproximadamente 0,48 hora por mês de trabalho do chefe de domicílio e aumento de 0,26 hora mensal de trabalho do cônjuge. Em sua teoria, Chiappori et al. (2002) expõem que para os fatores distributivos, quando se trata do diferencial de idade entre o chefe do domicílio e o cônjuge, há impacto positivo

das horas trabalhadas pelo chefe, implicando que para diferenças elevadas de idade, mais horas são destinadas ao trabalho por parte do chefe. De forma semelhante, Gruppi (2018) apontou que o diferencial de idade produz maior poder de barganha às esposas mais jovens, gerando mais oferta de trabalho por parte de seus maridos. Nesse caso, ainda que os coeficientes estimados sejam relativamente pequenos, a existência de um poder de barganha é novamente verificada, dado que a existência de diferença de idade entre os cônjuges é capaz de impactar no total de horas dispendidas na oferta de trabalho.

A variável cor, também estatisticamente significativa e com sinal positivo, apresentou similaridade em termos de resultado para chefes e cônjuges, ou seja, casais brancos ofertam mais horas de trabalho que casais não brancos. Partindo para a análise da variável que indica se o casal possui ou não filhos menores de 14 anos vivendo no mesmo domicílio, seu resultado significativo, com coeficiente negativo e relativamente elevado (comparado com os demais coeficientes), valida a hipótese de que ter filhos gera grande impacto na alocação de horas direcionadas ao mercado de trabalho. Resultado similar foi encontrado no trabalho desenvolvido por Guiginski (2015), no qual a autora constatou a existência de penalização maior para as mulheres nessa situação, onde em famílias que possuem filhos, menor é probabilidade de que elas ofertem trabalho. Já no caso dos homens chefes de domicílio, Barbosa (2018) verificou que eles possuem cerca de 24% a mais de chances de estarem ocupados em relação às suas esposas. Contudo, a autora conclui que a presença de filhas mulheres com idade superior a 15 anos no domicílio é capaz de gerar incentivos para maior participação das mulheres no mercado de trabalho, considerando a realocação entre mãe e filha mediante as atividades e obrigações domésticas.

Para as variáveis *dummies* referentes às regiões brasileiras, tendo o Sudeste como referência, nota-se que os sinais negativos estimados para os coeficientes relativos ao Norte e Nordeste indicam que residir nessas regiões impacta negativamente na oferta de horas no mercado de trabalho do chefe de domicílio e do cônjuge. Por sua vez, os coeficientes estimados para as regiões Sul e Centro-oeste não foram estatisticamente significativos na análise das famílias heterossexuais.

Diferentemente do que foi constatado para o caso das famílias heterossexuais, os resultados obtidos na estimação para as famílias homossexuais, a maioria dos

coeficientes estimados não foram significativos estatisticamente. Acredita-se que este resultado seja explicado pelo pequeno número de observações que compõem a amostra, considerando-se a já salientada subnotificação das famílias homossexuais, por ser uma entrevista com respostas autodeclaradas. Ademais, ainda que a base de dados tenha pesos amostrais que consideram sua complexidade, o número de observações na amostra pode acarretar resultados diferentes do esperado.

Entre as variáveis relativas ao nível de renda, somente o coeficiente estimado para o rendimento mensal do chefe de domicílio não foi significativo para as horas ofertadas pelo chefe. Para as demais variáveis, seus coeficientes demonstraram sinais esperados, além de serem estatisticamente significativos.

Na estimação da oferta de horas para o chefe do domicílio, o sinal negativo encontrado na variável referente a renda obtida do não trabalho está de acordo com a literatura. Nesse sentido, este rendimento é considerado como um fator capaz de influenciar o processo de alocação intradomiciliar, pois o aumento no rendimento individual proveniente de outras fontes gera redução no estímulo a oferta de horas dedicadas ao mercado de trabalho (BROWNING e CHIAPPORI, 1998).

Já na estimação referente ao cônjuge, os resultados de todas as variáveis relativas ao nível de rendimentos estão de acordo com o que a literatura concernente determina. Assim, observa-se que o rendimento mensal do chefe de domicílio apresenta sinal negativo, apontando que quanto maior o número de horas do cônjuge alocada no mercado de trabalho, menor será o rendimento mensal obtido pelo chefe de domicílio. O sinal encontrado é similar ao esperado, da mesma forma que acontece com o rendimento mensal do próprio cônjuge, que apresenta sinal positivo. Nesse caso, o coeficiente está resultando em uma relação positiva, na qual um aumento de horas de trabalho implica em elevação de seu rendimento mensal.

Gruppi (2018) conclui em seu trabalho que chefes e cônjuges, pertencentes ao mesmo grupo familiar, não devem apresentar sinais idênticos quando trata-se dos coeficientes estimados para seus rendimentos individuais. Essa constatação baseia-se na teoria desenvolvida por Chiappori et al. (2002), na qual os autores apontam que a alocação do tempo destinado a oferta de mão de obra advém de uma decisão coletiva entre os cônjuges. Para tanto, o equilíbrio a ser encontrado representa que

quanto mais elevada a carga de trabalho do chefe de domicílio, menor tende a ser a de seu cônjuge.

Nesse sentido, a variável que representa os rendimentos obtidos de outras fontes também possui relação inversa com a oferta de trabalho dos indivíduos que compõem as famílias homossexuais, ao passo que quanto maior for a renda proveniente do não trabalho, menos horas são alocadas no mercado de trabalho.

Para a análise das variáveis representantes referentes aos fatores distributivos, salienta-se que somente a diferença entre os anos de escolaridade do (a) chefe de domicílio e seu (a) cônjuge apresentou-se estatisticamente significativa. Assim, a menor diferença em termos de anos de escolaridade entre os cônjuges se relaciona diretamente com a elevação das horas que esses casais dispõem para o mercado de trabalho. Nesse aspecto, Black et al. (2007) observaram que casais homoafetivos apresentam tendência de possuir níveis de escolaridade similarmente mais elevados em comparação aos casais heterossexuais. Os autores afirmam, com base em seus resultados, que este fator é capaz de explicar o fato de que no caso de casais de gays e lésbicas, geralmente, ambos estão inseridos no mercado de trabalho, tornando menos provável o fato de um cônjuge estar inserido no mercado de trabalho e o outro não, sendo que esse cenário muda quando se considera a existência de filhos.

A variável relativa à cor dos indivíduos apresentou-se estatisticamente significativa a 5%, resultado similar aquele encontrado no caso das famílias heterossexuais. Nesse caso, interpreta-se que indivíduos autodeclarados brancos ofertam mais horas de trabalho em relação às suas contrapartes de outras etnias. Em consonância, Suliano et al. (2014) demonstraram que indivíduos brancos possuem rendimentos mais elevados quando comparados aos não brancos.

Por fim, a variável que representa se as famílias que possuem ou não filhos e as demais variáveis que caracterizam a região de localização dos domicílios não foram estatisticamente significativas. Estes resultados apontam que no caso dos casais homoafetivos, possuir filhos ou morar em determinada região brasileira não possui influência em suas horas alocadas no mercado de trabalho.

VI - CONCLUSÕES

Com o intuito de melhor compreender a sociedade como ferramenta capaz de gerar crescimento econômico, torna-se importante investigar sobre seu funcionamento mediante o comportamento dos indivíduos que a compõem. Nesse sentido, o comportamento coletivo observado através do matrimônio apresenta vertentes capazes de explicar o desempenho de cada indivíduo.

Analisando-se a dinâmica das relações entre casais heterossexuais e homossexuais brasileiros, observa-se a existência de distintas tomadas de decisões intradomiciliares no que diz respeito às horas ofertadas no mercado de trabalho. Cada indivíduo procura maximizar seu bem-estar, levando em consideração também o bem-estar do respectivo cônjuge. Contudo, esse acordo é baseado em um processo decisório, que leva em consideração diversas características dos cônjuges.

Isto posto, o presente trabalho teve como finalidade investigar o poder de barganha existente entre os cônjuges capaz de influenciar na alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho formal. Para isso, utilizou-se o modelo de Regressões Aparentemente Não-Relacionadas, que estimou simultaneamente uma regressão para o chefe de domicílio e outra para seu respectivo cônjuge. Ademais, a análise dos resultados foi dividida em duas partes, considerando-se famílias heterossexuais e homossexuais.

Os principais resultados obtidos foram aqueles relacionados aos fatores distributivos das famílias, isto é, os diferenciais de idade e de anos de escolaridade entre os cônjuges. Tais fatores são caracterizados como o poder de barganha dos indivíduos, assumindo que tais diferenciais são capazes de influenciar na tomada de decisão dos cônjuges. Em primeiro lugar, analisando-se o diferencial de escolaridade, tanto para as famílias heterossexuais quanto para as famílias homossexuais, os resultados obtidos indicam que a diferença entre os anos de estudo do chefe do domicílio em relação ao cônjuge impacta de forma negativa nas horas ofertadas de trabalho de ambos os cônjuges. Tal relação é vista como um poder que os casais possuem de barganhar entre si, implicando no fato de que quanto maior a diferença de anos de estudos que cada indivíduo possui em relação ao seu cônjuge, menor será a alocação de tempo que este destinará ao mercado de trabalho.

Ademais, é importante destacar que o resultado obtido do coeficiente estimado para as famílias heterossexuais é relativamente maior quando comparado ao coeficiente obtido para as famílias homoafetivas. Essa diferença na magnitude dos coeficientes pode estar relacionada a existência de similaridade quanto aos anos de estudo dos indivíduos homossexuais, que apresentam níveis educacionais mais elevados. Nesse sentido, é importante salientar que a pesquisa foi realizada através de uma base de dados autodeclaratória, onde possivelmente existe subnotificação relativa ao número de famílias homoafetivas.

No que tange o segundo fator distributivo, o diferencial de idade, que consiste na diferença de idade entre o chefe do domicílio e seu respectivo cônjuge, foi possível constatar para ambas as famílias o efeito positivo dessa variável. Este resultado sugere que quanto mais velho o indivíduo, maior será seu poder de barganha em relação ao seu cônjuge e, conseqüentemente, mais horas destinadas ao mercado de trabalho são ofertadas. Nesse ínterim, considerando-se as famílias heterossexuais, verifica-se que o marido mais velho ofertará mais horas de trabalho em relação a sua esposa mais jovem.

Com relação aos demais resultados obtidos a partir das estimações, foi possível observar que o rendimento salarial dos indivíduos é diretamente proporcional às horas que estes destinam ao mercado de trabalho, mas quando se analisa a relação dos rendimentos salariais entre os cônjuges, observa-se uma relação positiva entre o rendimento salarial das famílias heterossexuais e uma relação negativa entre o rendimento salarial dos cônjuges das famílias homossexuais. Acredita-se que essa relação positiva entre as famílias heterossexuais seja proveniente das desigualdades existentes nas atribuições domiciliares entre maridos e esposas. Nesse sentido, ainda que as mulheres estejam cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, é notório que a cultura de que a mulher é responsável pelos afazeres domésticos e o marido por trabalhar e garantir o sustento da família ainda é bastante enraizada na sociedade. Por outro lado, a relação negativa que esses mesmos coeficientes apresentaram no caso das famílias homossexuais, pode ser explicado tendo como base a possível igualdade na divisão de tarefas dentro dos domicílios.

A partir dos resultados obtidos, foi possível concluir que o poder de barganha identificado através dos fatores distributivos é capaz de impactar as horas destinadas

ao mercado de trabalho pelos cônjuges. Entretanto, observou-se que os casais de famílias heterossexuais e os casais de famílias homossexuais barganham de maneira diferente entre si. Ainda que a composição familiar de chefe de domicílio e cônjuge seja evidente para todos, as formas com que estes alocam seu tempo e realizam o processo de tomada de decisões é consideravelmente diferente.

Por fim, diante da desigualdade ainda existente na sociedade envolvendo principalmente gênero e orientação sexual, almeja-se a formulação e propagação de políticas públicas capazes de disseminar tal discrepância, fundamentando a criação de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. L. N. D. H. **Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 35, 2018.

BARBOSA, A. L. N. D. H.; VITAL, C. L. D. C.; RUSSO, F. M.; COSTA, J. S. **Rendimentos e jornada de trabalho remunerado e não remunerado no Brasil: uma análise por orientação sexual.** Mercado de trabalho, conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2020.

BECKER, G. S. **A treatise on the family.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981.

BELSLEY, D.; KUH E.; WELSCH, R. **Regression Diagnostics.** 1980.

BLACK, D. A., SANDERS, S. G.; TAYLOR, L. J. **The economics of lesbian and gay families.** Journal of economic perspectives, v. 21, n. 2, p. 53-70, 2007.

BOTELHO, M. M. **A eficiência e o efeito Kaldor-Hicks: a questão da compensação social.** Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, v. 2, n. 1, p. 27-45, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_226_.asp

BROWNING, M.; CHIAPPORI, P. A. **Efficient intra-household allocations: A general characterization and empirical tests.** Econometrica, p. 1241-1278, 1998.

CARVALHO, A. A.; BARRETO, R. C. V. **A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 4059-4064, 2021.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. **Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro.** Estudos de Psicologia (Natal), v. 18, n. 3, p. 507-516, 2013.

CHIAPPORI, P. A. **Rational household labor supply.** Econometrica: Journal of the Econometric Society, p.63-90, 1988.

CHIAPPORI, P. A. **Randomized household labor supply.** Review of Economics of the Household, v. 16, n. 1, p. 171-188, 2018.

CHIAPPORI, P. A.; FORTIN, B.; LACROIX, G. **Marriage market, divorce legislation, and household labor supply.** Journal of political Economy, v. 110, n. 1, p. 37-72, 2002.

COILE, C. C. **Health shocks and couples' labor supply decisions.** National Bureau of Economic Research, 2004.

DUARTE, P. C.; LAMOUNIER, W. M.; TAKAMATSU, R. T. **Modelos econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças.** In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. p. 1-15. 2007.

FERNANDES, M. M.; SCORZAFAVE, L. G. **Estimação da oferta de trabalho com modelos de racionalidade coletiva: Uma aplicação para o Brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 39, n. 2. 2009.

GONÇALVES, S. L.; FILHO, N. A. M. **O salário mínimo e a oferta de trabalho das famílias pobres: Uma abordagem coletiva com os dados da PNAD Contínua (2012-2015)** (No. 2015_40). University of São Paulo (FEA-USP). 2015.

GRUPPI, M. G. **Uma análise coletiva da oferta de trabalho de casais de mesmo sexo e casais de sexo oposto brasileiros.** 2018. 97 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba, 2018.

GUIGINSKI, J. T. **Mercado de Trabalho e Relações de Gênero: Associação entre a Presença de Filhos e as Condições de Acesso ao Trabalho das Mulheres.** 2015.

HANSEN, M. E.; MARTELL, M. E.; RONCOLATO, L. **A labor of love: The impact of same-sex marriage on labor supply.** Review of Economics of the Household, p. 1-19, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nota Técnica: Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua.** Rio de Janeiro, 10 p. 2015.

JACINTO, P.; FRIO, G.; UHR, D.; UHR, J. Z. **Offer of work and sexual orientation: evidence of Brazil.** The Empirical Economics Letters, v. 16, n. 7, p. 663-667, 2017.

MACIEL, M. C. **A divisão do trabalho doméstico e a oferta de trabalho dos casais no Brasil**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MADALOZZO, R.; SEGANTINI, P. **American way of life e jeitinho brasileiro: como afetam a oferta de trabalho das mulheres?** Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 47, n. 3. 2017.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. **Participação no mercado de trabalho doméstico: Homens e mulheres têm condições iguais?**. Revista Estudos Feministas, 547-566. 2010.

MANSER, M.; BROWN, M. **Marriage and household decision-making: A bargaining analysis**. International economic review, p. 31-44, 1980.

MARTELL, M. E.; RONCOLATO, L. **The homosexual lifestyle: time use in same-sex households**. Journal of Demographic Economics, v. 82, n. 4, p. 365-398, 2016.

MELO, F. L. B. de. **Casais na grande São Paulo: investigando a diversidade**. Nova economia, v. 17, n. 2, p. 207-240, 2007.

OLIVEIRA, J. P. C.; MONTEIRO, V. B.; IRFFI, G. **Existe diferença salarial em função da orientação sexual? Análise para o mercado de trabalho cearense**. Revista Gênero, v. 20, n. 1, p. 119-134, 2019.

OREFFICE, S. **Sexual orientation and household decision making.: Same-sex couples' balance of power and labor supply choices**. Labour Economics, v. 18, n. 2, p. 145-158, 2011.

RAPOPORT, B.; SOFER, C.; SOLAZ, A. **Household production in a collective model: Some new results**. Cahiers de la MSE, série blanche, n. 03039, 2003.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Estatísticas do Registro Civil 2018.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/registro-civil/quadros/brasil/casamentos-entre-conjuges-masculino-e-feminino>

SILVA, C. D.; CUNHA, M. S. D. **Oferta de trabalho de casais nas grandes regiões metropolitanas brasileira de 2002 a 2015: Evolução e determinantes.** 2017.

SULIANO, D.; IRFFI, G.; VERAS, M. **Diferenciais salariais entre casais heterossexuais e homossexuais no mercado de trabalho cearense.** Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Textos para Discussão, nº 105. 2014.

SULIANO, D.; IRFFI, G.; CORRÊA, M. V.; CALVANCANTE, A.; OLIVEIRA, J. **Orientação Sexual e Diferencial de Salários no Mercado de Trabalho Brasileiro.** Economia Aplicada, v. 20, n. 3, p. 195, 2016.

TALAYA, B. Z. **La participación laboral de la mujer y los bienes públicos en el marco de los modelos colectivos del hogar.** Tesis Doctoral. Universidad Carlos III de Madrid. Departamento de Economía. Getafe. 2000.

VERMEULEN, F. **Collective household models: principles and main results.** Journal of Economic Surveys, v. 16, n. 4, p. 533-564, 2002.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data.** Cap. 10. 2001.